



Excelentíssimo Senhor Deputado OSMAR SERRAGLIO
DD. Relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito –
“Correios”

Ref. Ofício nº 0477/2005 – CPMI – “Correios”.

Acuso e agradeço seu pedido de pronunciamento por escrito, a respeito da referência feita a meu nome, em anotações da CPMI, criada pelo Requerimento nº 3, de 2005, - CN, *“para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos dos Correios”*.

Fui surpreendido, da noite para o dia, com a notícia escandalosa de que eu estava relacionado dentre os parlamentares que recebia o que se denominou chamar de “mensalão”, propina paga para o parlamentar votar com o governo, das mãos de um tal de Marcos Valério e que o valor seria o correspondente a 235 mil reais.

SENADO FEDERAL
Secretaria de Comissões
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 13 / 12 / 20 05

Cleide Cruz

Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz
Secretaria de Comissões
Diretora



Esta foi a primeira notícia que saiu com o meu nome. Imagine Vossa Excelência o tamanho da surpresa, do susto, do misto de indignação e perplexidade que se apossou de mim e dos que me são caros. Apenas posso lhe assegurar, nobre Relator, que indagado a respeito desses fatos, tal como eram divulgados, promovi seu imediato desmentido.

Reagi de forma a repelir a acusação, absolutamente certo de que jamais tomara conhecimento do pagamento de qualquer propina paga aos parlamentares para votar com o governo, nunca havia ouvido falar no nome desse personagem Marcos Valério, hoje um nome incorporado ao noticiário político do país, e nunca tinha recebido nenhuma importância daquele valor noticiado (235 mil reais) nem muito menos aceitaria qualquer pagamento indigno correspondente a propina ou a que outro título ou pretexto tivesse.

As matérias sensacionalistas publicadas pela imprensa ainda tinham o conteúdo calunioso ao se referir ao meu nome como “beneficiário do mensalão”, que eu estava envolvido “no esquema do mensalão” e que os tentáculos da corrupção desse mensalão haviam chegado à Bahia. Calúnias e mais calúnias!

Repito: jamais tomara conhecimento da existência desse Marcos Valério, nem jamais ouvi dizer que havia a prática do tal “mensalão” para assegurar a fidelidade ao governo.

SENADO FEDERAL
Secretaria de Comissões
CONFERE COM O ORIGINAL

Em 13 / 12 / 2005

Cloide Cruz

Cloide Maria Barbosa Ferreira Cruz
Secretaria de Comissões
Diretora



Só posteriormente pude situar-me diante desses fatos e entendê-los. Estava eu metido no meio de uma enorme confusão, misturado num emaranhado de meias-verdades, inteiramente inocente daquelas acusações ofensivas e improcedentes, mas que puderam ser explicadas logo que a tensão do primeiro momento cedeu lugar à verdade dos fatos e que eu pude explicar com toda a tranqüilidade.

Sou filho de um *curumba*, sertanejo que nos períodos de seca no sertão desce para a zona da mata de Pernambuco para cortar cana, nas usinas de açúcar. Uns voltam quando a chuva aparece, outros, como meu pai, ficam e constituem família. Meu pai trabalhou na usina União e Indústria por 35 anos. Aposentou-se recebendo o equivalente ao salário mínimo.

Somos oito irmãos, sendo que apenas dois conseguiram ingressar na Universidade. Estudei o curso ginásial na cidade de Escada, no ginásio agrícola, em regime de internato. Para ajudar nas despesas escolares e pessoais, plantava verduras e criava galinhas, que eram vendidas nas feiras livres das cidades vizinhas. Cursei o segundo grau no colégio agrícola de Belo Jardim, igualmente em regime de internato, onde também criava porcos e plantava pimentão e repolho, que vendia no CEASA de Recife, para ajudar nas despesas escolares e pessoais.

SENADO FEDERAL
Secretaria de Comissões
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 13 / 12 / 2005

Cleide

Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz
Secretaria de Comissões
Diretora



Digo isso, para que não paire nenhuma dúvida a respeito de minha origem e dos princípios que me formaram o caráter e a vida, incluindo-se a informação aqui prestadas de que participei dos primeiros movimentos que culminaram na fundação do Partido dos Trabalhadores. Inclusive, quando ainda estudante de Agronomia no Estado da Paraíba, participei da primeira campanha de filiação no ano de 1980.

Acrescente —se o fato de que minha trajetória na vida política e partidária me levaram a exercer diversas funções de direção no PT nos estados onde militei politicamente. Em Rondônia, fui Secretário de Organização entre 1983/84 e Secretário Geral em 1985/87; participei na condição de coordenador, em fins de 1983 da campanha pelas “diretas já”. Passei pela Secretaria de Planejamento do Governo de Rondônia, sendo conduzido, ainda, pela primeira bancada parlamentar petista na Assembléia Legislativa de Rondônia, à função de Vice Diretor-Geral da Casa.

Em 1985, compus a chapa do PT para a Prefeitura de Porto Velho, como vice-prefeito, na primeira disputa eleitoral pós-ditadura nas capitais brasileiras. Ainda em Rondônia, organizei, em 1986, a primeira greve de funcionários públicos do Estado e, no mesmo ano, coordenei a campanha do candidato a governador pelo PT.

SENADO FEDERAL
Secretaria de Comissões
CONFERE COM O ORIGINAL

Em. 13 / 12 / 2005

Cleide Cruz

Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz
Secretaria de Comissões
Diretora



Em 1989 cheguei à Bahia, pela região cacaeira, onde participei da coordenação da campanha que levou Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

Em 1990, coordenei a campanha vitoriosa de Geraldo Simões para deputado estadual. Ao mesmo tempo, trabalhei pela criação da Central Única dos Trabalhadores na região cacaeira. Em 1992 coordenei a campanha de Geraldo Simões para a Prefeitura de Itabuna. Após esta outra campanha vitoriosa, ocupei a Secretaria de Assuntos Estratégicos, espaço de articulação política da administração municipal.

Em 1997, assumi a Secretaria Geral do partido no Estado. Dois anos depois, em 1999, fui eleito presidente do PT da Bahia. Em 2000, na função de presidente da legenda, na Bahia, coordenei a campanha municipal daquele ano, quando PT elegeu 7 prefeitos e 114 vereadores nos diversos municípios da Bahia. Em 2001, nas primeiras eleições diretas do PT, fui reeleito presidente estadual, ainda no primeiro turno. Ajudei a coordenar a campanha eleitoral de 2004, onde o PT elegeu 19 prefeitos, 13 vice-prefeitos e 183 vereadores.

Nas eleições de 2002, me elegi deputado federal com 75 mil votos, distribuídos em 384 municípios.

Estas informações, por si só, rebatem a eventual suspeita do recebimento de “mensalão” para estar alinhado ao governo. Seria ridículo imaginar que um parlamentar com a

SENADO FEDERAL
Secretaria de Comissões
CONFERE COM O ORIGINAL

Em. 13 / 12 / 2005

Cleide Maria Barbosa Fereira Cruz

— ~~Cleide Maria Barbosa Fereira Cruz~~
Secretaria de Comissões
Diretora



origem que me orgulho de ter pudesse receber propina para ser fiel ao partido! Isso é verdadeiramente inimaginável. E isso jamais aconteceu!

Sou engenheiro agrônomo desde 1980 e estou na vida pública há mais de 20 anos, exercendo os cargos já mencionados. Em toda minha vida sempre me pautei pela defesa da ética e do zelo com o dinheiro público.

Não existe, em todo o meu tempo de vida pública, na qual incluo a época estudantil, quando exerci alguns cargos de direção em diversas instâncias de seus órgãos representativos, nenhum processo judicial nem administrativo envolvendo meu nome em qualquer tipo de irregularidade, malversação de dinheiro público ou qualquer fato meramente desabonador.

Ao longo de 15 anos de atividades profissionais tenho como patrimônio apenas uma casa em conjunto habitacional construído pela empresa de urbanização pública da Bahia, URBIS, na cidade de Itabuna, adquirida mediante financiamento quitado em 2002, ainda dependente da escritura pública.

Além desse único bem imóvel referido, possuo um automóvel de marca Siena, adquirido em fevereiro de 2003, mediante financiamento de 36 meses, do Banco Finasa, para servir ao meu Gabinete, ainda restando sete prestações. Fruto de

SENADO FEDERAL
Secretaria de Comissões
CONFERE COM O ORIGINAL

Em. 13 / 12 / 2005

Cleide Cruz

Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz
Secretaria de Comissões
Diretora



consórcio de cinco anos, adquirido por minha esposa, temos um outro veículo, pago em 60 prestações.

Este é todo o patrimônio material que eu e minha mulher possuímos. Que fique dito de forma bem clara que nenhum outro bem foi adquirido por mim, minha mulher ou parentes, próximos ou distantes, desde a minha posse como deputado em janeiro de 2003, até os dias de hoje.

Mantivemos estes únicos bens materiais juntamente com o patrimônio moral do qual muito me orgulho, exercido sem nenhuma concessão, com uma vida de origem muito pobre, mas trilhada com hombridade, ética, respeito ao próximo e, sobretudo, muita honestidade, patrimônio que faz parte, felizmente, de toda minha família.

Reafirmo o que penso sobre esta suposta prática do que se denominou chamar de “*mensalão*”, ora em investigação pelo Congresso Nacional. Trata-se de prática absolutamente abominável, tanto do ponto de vista democrático quando moral. Afirmo, de maneira peremptória, que dela nunca tinha tomado conhecimento, nem jamais poderia imaginar a sua existência, como prática de cooptação de aliados.

Supor que eu pudesse ter vinculação a essa prática antidemocrática e amoral é ofender meu passado e desrespeitar minha vinculação histórica com o PT, com o governo Lula e com seus projetos no Congresso Nacional, pois que jamais qualquer

SENADO FEDERAL
Secretaria de Comissões
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 13 / 12 / 2005

Cleide Cruz

Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz
Secretaria de Comissões
Diretora



pessoa poderia levantar a mais leve suspeita contra mim e o meu mandato.

O que é necessário ser aclarado, entretanto, é o fato de que me relacionava com o tesoureiro nacional do partido, Delúbio Soares, pela única e justificável razão de que ele era o dirigente nacional responsável pelas finanças do partido e minhas responsabilidades de dirigente partidário me impunham esse relacionamento institucional. Frise-se, meramente institucional!

Esclareço que, por diversas vezes, no primeiro semestre de 2003, estive com o então tesoureiro nacional do PT, Delúbio Soares, na sede do Partido em Brasília, tratando da situação financeira e política do PT no Estado da Bahia, angustiado com a situação financeira decorrente dos gastos da eleição de 2002. Todas essas vezes transmiti a solicitação de ajuda que a mim era reiteradamente feita, na condição de presidente estadual, por parte de alguns candidatos a deputado que não conseguiram se eleger, das dificuldades de alguns diretórios municipais em quitarem débitos, ainda das eleições municipais de 2000 e de meu próprio diretório estadual.

Recebia sempre a promessa de que seria repassado o recurso para atendimento dessas demandas que reiteradamente cobrava.

Insistindo sempre na busca de ajuda antes referida, no mês setembro de 2003, finalmente, o tesoureiro nacional do

SENADO FEDERAL
Secretaria de Comissões
CONFERE COM O ORIGINAL

Em. 13 / 12 / 2005



Cleide Maria Barbosa Ferreira Cid
Secretaria de Comissões
Diretora



Partido, Delúbio Soares, me informou que viabilizara parte dos recursos que necessitávamos, indicando que eu poderia buscar o numerário no Banco Rural, em Brasília, com a sua autorização.

Minha boa fé era total, expressa na confiança absoluta que decorria de um quadro dirigente nacional do Partido, tanto que agi de maneira clara e sem nenhum subterfúgio. Fiz o que o tesoureiro nacional do Partido me indicou: compareci ao Banco, pessoalmente – o que graças a Deus, acabou não permitindo o comprometimento de ninguém – e, ainda, apresentei a minha identidade Parlamentar para ser copiada e anexada ao recibo de recebimento do numerário.

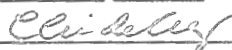
Não há maior prova de boa fé do que o fato de ter deixado a cópia de minha identidade Parlamentar, pois jamais poderia imaginar que alguma irregularidade estivesse sendo praticada e muito menos que aquela instituição bancária fosse o seu instrumento.

Agi abertamente, supondo que praticava um ato normal para ajudar na administração do Partido e buscar socorrer companheiros que se encontravam em dificuldades para saldar os compromissos da última campanha.

Anote-se que todos os recursos recebidos serviram rigorosamente para o pagamento de dívidas contraídas durante a última campanha e se referiam aos candidatos que não tinham a

SENADO FEDERAL
Secretaria de Comissões
CONFERE COM O ORIGINAL

Em. 13 / 12 / 2005



Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz
Secretaria de Comissões
Diretora



menor possibilidade de saldar as dívidas. Gastos de terceiros, bem entendido.

A criação desse ambiente de suspeita é de se lamentar profundamente, pois tem um custo pessoal e político difícil de ser descrito pelo tanto de mal que causa, mas que só pode ser expurgado com a demonstração da aplicação dos recursos rigorosamente correspondentes para a amortização de dívidas de terceiros decorrentes das eleições disputadas.

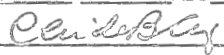
A única crítica que poderia ser feita, diz respeito à informalidade da distribuição dos recursos, mas é preciso ressaltar que pressupunha se tratarem de recursos do Diretório Nacional, objeto de prestação de contas por essa instância.

O encarecimento das campanhas eleitorais tem implicado numa pressão constante dos candidatos, junto aos dirigentes partidários, em busca de recursos financeiros e de material de propaganda. São as regras eleitorais, pelas quais candidatos pobres, sem recursos, têm chances bastante reduzidas de sucesso eleitoral, tornando dirigentes e candidatos refém dessa prática que acabou produzindo os fatos que o país assiste atualmente. Mudar tudo isso é tarefa urgente e absolutamente necessária do Congresso Nacional.

Que fique absolutamente claro e esclarecido que a ajuda que solicitei e que recebi do tesoureiro nacional do Partido foi destinada ao pagamento de dívidas relativas a restos de

SENADO FEDERAL
Secretaria de Comissões
CONFERE COM O ORIGINAL

Em. 13 / 12 / 20 05



Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz
Secretaria de Comissões
Diretora



campanha dos candidatos do Partido na Bahia. Despesas com a devida comprovação e relativas a atividade partidária.

Relativamente à minha atividade de deputado federal e fruto também de imensas demandas que emanam das atividades políticas, ainda mais elevadas por conta do imenso território que constitui o Estado da Bahia, contraí dívidas pessoalmente e que venho pagando normalmente, com recursos provenientes de empréstimos comprovados.

Refiro-me aos empréstimos pessoais que herdo e que recorri para os fins referidos, cujo pagamento venho realizando com os recursos de meu salário. Um deles está consignado em meu contracheque, no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), a ser completamente saldado em março de 2006. E, o outro, na Mútua, órgão de assistência dos engenheiros, no valor de R\$12.000,00 (doze mil reais), a se vencer no mês de outubro próximo, já por conta de um parcelamento.

Esclareço, assim, que a quantia de R\$100.000,00 (cem mil reais), foram por mim consideradas como recebidas do então tesoureiro nacional do PT. Jamais ouvira falar em Marcos Valério nem o tesoureiro a ele se referiu. Afirmo, solenemente e sob palavra de honra, que ignorava absolutamente que a origem do numerário fosse relacionada a essa pessoa, pois jamais ouvira falar nesse nome nem na sua existência.

SENADO FEDERAL
Secretaria de Comissões
CONFERE COM O ORIGINAL

Em. 13 / 12 / 2005

Cleide Cruz

Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz
Secretaria de Comissões
Diretora



Volto a afirmar: solicitei e recebi do tesoureiro nacional do Partido a ajuda financeira para socorrer companheiros em dificuldades decorrentes da atividade partidária, política e eleitoral, ajuda essa aplicada na forma como demonstrada discriminadamente.

Jamais faltei ao decoro parlamentar e sempre mantive minha atividade partidária com probidade em todas as instâncias de minha atuação política. Minhas relações com o então tesoureiro nacional do Partido foram estritamente partidárias, dentro dos princípios da moralidade, limitando-me a pedir e receber ajuda para a solução de problemas financeiros absolutamente legítimos, devidamente justificados e totalmente de acordo com a normalidade da vida de um partido político.

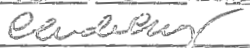
Vossa Excelência, Senhor Relator, não poderá permitir que se misturem alhos com bugalhos, pois o que pratiquei não tem nada a ver com as eventuais irregularidades que possam ser atribuídas a outros. Agi com a mais pura boa fé e acabei sendo trazido para o foco de outras ações injustificáveis.

Não pratiquei nenhum ato desleal, não feri o decoro parlamentar, não incidi em nenhuma norma regimental incriminadora, enfim, não sou indigno do exercício do mandato que tanto orgulho me traz.

Espero que o pronunciamento que Vossa Excelência tão democraticamente solicitou sirva para esclarecer,

SENADO FEDERAL
Secretaria de Comissões
CONFERE COM O ORIGINAL

em. 13 / 12 / 2025



Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz
Secretaria de Comissões
Diretora



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal **JOSIAS GOMES**



definitivamente, os fatos que trouxeram o meu nome às mãos dessa douda Relatoria, permitindo que, juntamente com a documentação anexa comprobatória dos fatos alegados, assegure a manutenção do meu nome honrado e reafirme o meu orgulho de exercer o mandato e pertencer a esta Casa.

Atenciosamente,

Josias Gomes da Silva
Deputado Federal
Presidente licenciado do PT/Bahia.

SENADO FEDERAL
Secretaria de Comissões
CONFERE COM O ORIGINAL

Em. 13 / 12 / 2005

Cleide Cruz

Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz
Secretaria de Comissões
Diretora